

# A FRAUDE ACADÊMICA COMO PRÁTICA HABITUAL NA CONTEMPORANEIDADE

André Gobbo <sup>31</sup>

Simoni Urnau Bonfiglio <sup>32</sup>

<sup>31</sup> Doutorando em  
Educação Tecnológica  
e Científica (UFSC).  
Professor da Faculdade  
Avantis. E-mail: andre.  
gobbo@avantis.edu.br

## RESUMO

Tem-se por objetivo analisar os tipos e práticas mais comuns de fraude acadêmica, bem como os motivos que levam os estudantes a cometê-las. Para isso utilizou-se de um levantamento e/ou *survey* composto por um questionário adaptado de Gama et. al (2013), encaminhado aos 2.297 acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior entre os meses de setembro e outubro de 2015. Neste interim registrou-se a participação voluntária de 474 estudantes, o que corresponde a uma amostragem de 20,63% referente ao universo, garantindo a estes o anonimato. Revelou-se que as fraudes mais frequentes cometidas pelos acadêmicos estão relacionadas à cópia de respostas de colegas e consultar material não autorizado em uma prova escrita, bem como fornecer respostas a um colega durante um exame. Os motivos que levam os mesmos a cometerem tais fraudes estão relacionados ao hábito de terem esta prática desde o Ensino Médio, assim como a passividade dos professores perante tais situações e a percepção de que a pena, no caso de ser descoberta, é pouca significativa, assim como a insegurança de alcançar o sucesso de outra forma que não agindo de forma antiética. Por fim, embora os percentis não tenham sido tão elevados, conclui-se que a Instituição Escolar do século XXI carece de repensar o próprio papel, propiciando um ambiente em que a mera reprodução de conteúdos, que incentiva o cometimento de práticas ilícitas, não se perpetuem, sendo necessário se resgatar valores que formem cidadãos

<sup>32</sup> Doutoranda em  
Educação Tecnológica  
e Científica (UFSC).  
Professora do Centro  
Universitário de  
Brusque (Unifebe)  
E-mail: simonibon7@  
gmail.com.br

aptos e éticos tanto para a sociedade quanto para o mercado de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ética. Fraude acadêmica. Estudante contemporâneo.

### ***ACADEMIC FRAUD AS REGULAR PRACTICE IN CONTEMPORARY DAYS***

#### **ABSTRACT**

This work aims to analyze the types and most common practices of academic fraud, as well as the reasons why students commit them. For this, we used a survey with a questionnaire adapted from Gama et. al (2013), applied to 2,297 academics from a Higher Education Institute between the months of September and October of 2015. In this interim period, it was registered the voluntary participation of 474 students, which corresponds to a sampling of 20.63% of the total. The anonymity of the volunteers was granted. It was revealed that the most frequent fraud committed by academics are related to copying classmate's answers and unauthorized material consulting in written tests, as well as providing answers to colleagues during exams. The reasons that lead them to commit such fraud are related to the fact that they have such habit since high school, besides the passivity of teachers about the situations and the awareness that the penalty, if applied, is little significant. The uncertainty of achieving success if they not act unethically is another aspect that contributes for the behavior. Finally, although percentiles were not high, we conclude that the Education Institutions of 21th century need to rethink their role, providing an environment in which the mere reproduction of content that encourages the commission of malpractices dot not perpetuate and rescue values that are able to form ethical citizens for both society and labor market.

**Keywords:** Ethics. Academic Fraud. Contemporary Student.

## 1 INTRODUÇÃO

É notório que nos últimos tempos a ética, sobretudo a falta dela, vem sendo questão de grandes manifestações populares, conflitos e intolerância entre grupos, debates inflamados e, inclusive, linchamentos virtuais e reais. Brasileiros de todos os níveis sociais, profissões, idades, gêneros e raças, diuturnamente são expostos pelos veículos de comunicação como suspeitos ou condenados por serem corruptos ou corruptores, tanto na gestão pública quanto na iniciativa privada.

De fato, o país submerge em uma contemporaneidade impregnada e maculada por casos repetitivos de fraudes, corrupção, lavagem, desvios e sonegação. Milhares saíram às ruas e tomam as principais páginas dos jornais vestindo as cores da pátria ‘clamando’ por um novo tempo; outro tanto, sai em defesa do ideário construído durante décadas e, ambos os lados, travam uma revolução sem fim, de ‘maragatos’ e ‘chimangos’, querendo provar quem tem as mãos mais limpas.

No Brasil vive-se um tempo de extremismo! Um país dividido, de princípios corrompidos, que sangra a beira de um abismo de onde se sente exalar o cheiro do enxofre de tudo aquilo que não é ético, por meio de prática de apropriação, simulação, facilitação e ocultação das fraudes cometidas por terceiros. Mas afinal, de onde vem toda esta dissimulação humana e para onde ela vai nos levar? É fato que escândalos que envolvem agentes públicos de escalões elevados estão na mira constante tanto da população, quanto dos seus oponentes partidários e da própria mídia que muito além de cumprir com seu papel social, sobrevive economicamente explorando certas situações. Porém, a falta de escrúpulos, os desvios e devaneios, rondam e seduzem o ser humano a todo instante, inclusive no ambiente acadêmico onde os pesquisadores que assinam este estudo estão inseridos como docentes de diferentes Instituições do Ensino Superior (IES) localizadas na região do Vale do Rio Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Diante destas inquietações é que surgiu o interesse de se investigar a seguinte questão problema: Quais os tipos e práticas mais comuns de fraude acadêmica e que motivos levam os acadêmicos a cometê-las? Frente a esta problemática parte-se da premissa de que a falta de ética reside ao nosso

lado; está mais presente do que se imagina e, inclusive, é um hábito dos acadêmicos do ensino superior, tidos até então, como o ‘futuro da nossa nação’. Com isso se pode dizer que os corruptos e os corruptores, de ontem e de hoje, são formados pela própria escola/academia. A falta de estudo sobre tal temática, bem como a atual facilidade de acesso às informações necessárias para conquistar a média e ser aprovado, fazem com que os alunos do ensino superior se corrompam por meio da prática de fraudes acadêmicas.

Contudo, o presente estudo de característica quantitativa, se utilizou do emprego de um questionário com perguntas fechadas aplicado aos estudantes de diferentes cursos de uma IES catarinense, tendo por objetivo analisar os tipos e práticas mais comuns de fraude acadêmica, bem como os motivos que os levam a cometê-las.

Frente à crise ética que o Brasil vive justifica-se a realização de tal estudo pelo fato de que é urgente se rediscutir o sentido da formação superior a qual, no nosso entender, deve ir muito além do adestramento da mão de obra, mas deve resgatar questões e princípios humanos para que se possa construir e viver, verdadeiramente, em uma sociedade justa, honrada e ilibada. Perante tantos escândalos, compreende-se que nada é mais oportuno do que se investigar a academia universitária como uma ‘diplomadora’ de seres pouco éticos que não se intimidam e muito menos se envergonham de se apropriarem, simularem, facilitarem e ocultarem as fraudes acadêmicas, as quais, certamente, num futuro muito próximo, haverão de ser reproduzidas em suas práticas profissionais, e a partir daí continuaremos a ouvir o brado redundante de que a culpa está na natureza da realidade na qual nos encontramos.

## 2 ÉTICA E FRAUDE ACADÊMICA

Há tempo a educação é fruto de discussão e, apesar disso, continua a busca por respostas que sanem as questões que se referem à produção e construção do conhecimento. Este processo, todavia, requer do homem uma consciência e abertura para a percepção de novas ideias, atitudes e representações onde as realidades exteriores identificam-se com a complexa natureza

na arte de evoluir e tornar-se capaz de racionalizar sempre na busca do conhecer mais profundo (RAMOS, 2012).

O conhecimento passa por fases evolutivas onde a observação empírica nos torna capaz de sanar as necessidades instintivas, isto é, de natureza empírica e quando este processo é ultrapassado, pode-se afirmar que ocorre a instauração de uma consciência onde o potencial humano é constituído. A isso se constata que o conhecimento não se fundamenta efetivamente “[...] na realidade objetiva e subjetividade humana num mundo racional e abstrato, pois isso tudo é produto secundário desse processo evolutivo do pensar” (FÁVERI; WOLFF, 2014, p. 72) onde o indivíduo é produto e produtor, agindo e interferindo no processo.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) sabe-se que o homem tem direito à instrução e esta é obrigatória. O que se torna premente perpassa a crítica desta educação que segundo Delors (1998) não deve preocupar-se somente com a formação dos indivíduos aptos a aprender, mas com a legitimação desta aprendizagem que muitas vezes cumpre a interesses nem sempre vinculados ao real conhecimento científico.

Sob esta perspectiva, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) buscam alicerçar suas bases tendo como direcionamento os pilares da educação, pelo fato de estes abarcarem a necessidade em despertar no indivíduo o desejo de aprender. Saber ser, fazer e conviver agrega a teoria à prática em um movimento constante de evoluir do ser humano tornando-o capaz de compreender a realidade que o cerca, desenvolvendo capacidade de modificar sua ação e, portanto, sua realidade de forma plena.

A construção da consciência e da ética, por conseguinte, se estabelecem onde as relações entre pessoas na articulação do pensar e do viver se dão por meio das experiências de vida. Vale ressaltar que *ethos*, ética, significa costumes relacionados a povos e comportamentos, e está vinculada à moral por analisar as condutas, isto é, os comportamentos.

Se educação pressupõe mudança e transformação, então não se pode deixar de levar em conta a ética e a moral, pois Alonso (2002, p. 75) ressalta que “[...] ética significa ciência da moral; quer dizer: ética seria a reconstrução intelectual, organizada pela mente humana, acerca da moral”. Este seria, pois, o objeto da ciência ética onde os partícipes, em conjunto, estabelecem

suas normas e regras destinadas a regular as ações individuais e coletivas. A ética fundamenta-se nos valores históricos e culturais respeitando as transformações ao longo dos tempos respondendo às questões quanto ao que se deve fazer e como se deve agir, baseadas em valores de bem e mal.

Em contrapartida, Morin (2000) adverte que a ética não pode ser ensinada por meio de lições de moral, mas deve ser compreendida de que o humano carrega consigo uma tripla realidade: é indivíduo, sendo parte tanto da sociedade quanto da espécie - essa é a base para ensinar a ética. Desse modo, entende o referido autor que, para o verdadeiro desenvolvimento humano deve-se levar em conta o aprimoramento de um conjunto de autono- mias individuais, suas participações coletivas e da consciência de pertencer à espécie humana; afinal, “[...] compreender é também aprender e reaprender incessantemente” (MORIN, 2000, p. 102).

Atualmente, os indivíduos têm acesso facilitado. As possibilidades tec- nológicas e as transformações são percebidas pelo uso das ciências, artes e educação em uma cultura onde a construção de novas ideologias define o humano feliz do infeliz numa visão a satisfazer interesses da sociedade, e do mercado e estes referenciam os valores éticos. O desafio da educação nestes tempos está em promover uma reflexão a respeito da ética possibilitando que se compreenda e enfrente as mudanças estruturais estabelecidas sem distor- ções e deterioramento dos valores morais que fundem a sociedade. Adver- tem Souza e Rodrigues (1995, p. 13) que “A ética é uma espécie de cimento na construção da sociedade: se existe um sentimento ético profundo, a socieda- de se mantém bem estruturada, organizada; e quando esse sentimento ético se rompe, ela começa a entrar numa crise autodestrutiva”. A isso é premente que algumas ações sejam banidas dos bancos escolares, afinal, o rompimento da ética está diretamente relacionado às cópias (ctrl C + ctrl V) assim como as ‘colas’ tão comuns no meio acadêmico.

Corrobora Betto (1997) ao enfatizar que enquanto na Idade Média tudo estava centrado em Deus, na modernidade o centro está no humano que, se- gundo ele, encontra-se em crise em função da exacerbação da razão. O que funde a ética está na tarefa de resgatar a humanidade de um processo de alie- nação onde os fenômenos globais lhe consome de forma progressiva sem que esta se dê conta. A crise desta civilização está no distanciamento do sujeito

com seus pensamentos e, por consequência, com seus valores éticos e morais (ALONSO, 2002).

O resgate destes princípios reside na tarefa de encaminhar os indivíduos (acadêmicos), do processo de alienação que ora se instala na humanidade hodierna, devolvendo aos mesmos a liberdade que se perdeu, muito por conta do escravagismo que se vive vinculado, por parte, pela tecnologia. Segundo Bazzo; Pereira e Bazzo (2014, p. 21) “As cegueiras do conhecimento são as primeiras premissas inescapáveis quando quisermos repensar a educação e tratá-la como uma ferramenta de desenvolvimento humano no mundo contemporâneo”, já que esta cegueira impede a reflexão do que deve ou não ser feito.

Por conseguinte, segundo Ramos (2012), a moral no pensamento pode se restringir a determinados campos de conduta onde os problemas éticos estão galgados em situações concretas, isto é, no comportamento moral. Araújo (1988) corrobora afirmando que ao mesmo tempo este homem contemporâneo se prepara para oferecer resistência que as transformações degradam sua liberdade.

Neste sentido, a ética está na contramão ao emprego de fraudes infelizmente comuns na sociedade como um todo, inclusive no espaço educacional onde o conhecimento é desenvolvido. A violação às normas acadêmicas faz parte da conduta dos estudantes em diferentes níveis. As práticas fraudulentas comprometem a veracidade dos resultados que se obtém e provoca um desajuste na análise das competências reais gerando um desalinhamento entre o que se mostra nos diplomas e a real capacidade de atuar no mercado de trabalho. O plágio, assim como a prática de ‘mandar fazer trabalhos’ é uma constante, e esta apropriação do alheio reflete substancialmente no acadêmico que, ao ingressar no mercado, não consegue resolver problemas que demandam conhecimentos que não foram apreendidos, apenas copiados.

O uso da tecnologia facilitou estas práticas por estar ao alcance de qualquer pessoa por meio de um *click* todo tipo de material, que sendo utilizado de forma indiscriminada pode trazer problemas e prejuízos a quem os utiliza. Os mais comuns se referem à cópia sem referenciar autores, uso de dados e referências sem o cuidado de analisar a procedência, cópia de trabalhos de colegas na íntegra e/ou parcial, cópia de respostas em provas, assim como a compra de trabalhos na íntegra oferecidos por *sites* e ou pessoas especiali-

zadas em produzir. Estas práticas, muitas vezes, são vinculadas aos contextos em que estes indivíduos se encontram, afinal quando não detectadas, os mesmos não são punidos passando a acreditar que as mesmas são legais e um recurso a ser utilizado para garantir a competitividade frente a seus pares. A cola, segundo Silva et. al (2006) é uma das práticas acadêmicas fortemente utilizada e motivada pelo altruísmo em busca de sanar a competição entre os pares.

O acadêmico que tem por prática a 'cola' não será avaliado por sua produção de conhecimento real, mas por circunstâncias oportunistas onde o sucesso não é ilusório e, por consequência, a avaliação não é inspiradora de confiança, pois não avaliou o esforço e trabalho de fato. A isso, a avaliação deve estar pautada na validade e legitimidade ética e não na fraude ou engano, prevalecendo os princípios em um processo contínuo e nunca em seu fim onde os 'meios' (maneiras) não têm importância.

Gomes (2008) ressalta que os acadêmicos contemporâneos se posicionam desta forma ilegítima, muitas vezes, por não estarem cientes das consequências e/ou das formas possíveis de realizarem as atividades, optando pelo comodismo e aceitação do que é fácil de ser realizado. Neste sentido, o acadêmico tem por consequência:

[...] muitos alunos chegam ao ensino superior 'perfeitamente' formados na ideologia, nos discursos, nas técnicas e nas 'artes' da fraude e do 'copianço', práticas nunca questionadas, pois, é muito provável que, ao longo do seu percurso escolar, nunca tenham sido confrontados com discursos e práticas de des-legitimação da fraude, que pusessem em evidência as suas implicações ético-morais, acadêmicas e sociais, com exceção de determinadas situações (GOMES, 2008, p. 151).

Portanto, a cultura da fraude e, por consequência, a falta de ética, são práticas construídas desde o início da formação dos indivíduos e por não serem interrompidas passam a fazer parte do repertório acadêmico de tal forma que os mesmos não as percebem como erradas ou inapropriadas, afinal, a

tecnologia está aí disponível e com diversos trabalhos prontos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem da questão problema do presente estudo o caracteriza de forma quantitativa, sendo que de acordo com os objetivos anteriormente expressos enquadra-se como uma pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos este artigo original é caracterizado como um levantamento e/ou *survey*.

Para a coleta de dados os pesquisadores utilizaram-se de um questionário autopreenchível *on-line*, encaminhado aos 2.297 acadêmicos da Instituição de Ensino Superior no dia 11 de setembro de 2015, permanecendo no ar até o dia 15 de outubro do mesmo ano. Neste interim registrou-se a participação voluntária de 474 estudantes, o que corresponde a uma amostragem de 20,63% referente ao universo, garantindo a estes o anonimato. O questionário é uma adaptação do trabalho apresentado por Gama et. al (2013) e conta com quatro partes, a saber: na primeira reuniu-se as perguntas sobre dados pessoais e a respeito do seu conhecimento sobre a existência ou não de um código e/ou regulamento de boas práticas na IES pesquisada.

Na segunda parte, composta por 12 perguntas, os acadêmicos avaliaram com que frequência cometeram as fraudes expostas, sendo que estas questões apresentavam quatro opções de respostas: nunca (1); raramente (2); com alguma frequência (3) e; regularmente (4).

A terceira é composta por treze questionamentos que versam sobre qual seria o comportamento que os mesmos adotariam frente às situações fraudulentas cometidas por seus colegas. Neste conjunto de perguntas foram apresentadas apenas três opções de respostas: denunciaria (1); faria o mesmo (2) e; ocultaria (3).

Por fim, a última é composta por 13 questionamentos direcionados ao fato de compreender a que fatores os pesquisados atribuem a ocorrência de fraudes no ambiente acadêmico. Neste constructo as opções de respostas eram: contribui muito pouco (1); contribui pouco (2); contribui parcialmente (3); contribui amplamente (4).

Salienta-se que em todas as partes do questionário *on-line* os participantes eram obrigados a responderem todas as questões, sendo que os que

não concluíram o processo tiveram suas respostas excluídas do computo geral do presente estudo.

Após a coleta dos dados realizou-se a análise e interpretação dos mesmos, de maneira descritiva, subdividindo-os em diferentes cenários onde a prática da fraude acadêmica ocorre, conforme demonstrado pela Tabela 1.

TABELA 1: Tipos e Práticas de Fraude Acadêmica

	Tipo de Fraude	Práticas de Fraude
APROPRIAR	Apropriação <b>COM</b> colaboração	Comprar trabalho. Aceitar ajuda de familiar. Copiar em exame. Assinar trabalho. Copiar trabalhos.
	Apropriação <b>SEM</b> colaboração	Copiar escondido. Copiar da Internet.
SIMULAR	Autoplágio	Apresentar o mesmo trabalho
	Falsificar dados e resultados.	Inventar dados.
FACILITAR	Facilitar a fraude com benefício próprio.	Vender trabalho.
	Facilitar a fraude com risco de prejuízo próprio.	Deixar copiar.
	Facilitar a fraude com efeito neutro para si próprio.	Permitir autoria. Emprestar trabalho.
OCULTAR	Ocultar a fraude (não denúncia da fraude cometida por terceiros).	Não denunciar compra. Não denunciar colaboração. Não denunciar cópia camuflada em exame. Não denunciar falsificação de dados. Não denunciar apresentação do mesmo trabalho. Não denunciar cópia por outro colega em exame. Não denunciar participação em grupo sem autoria. Não denunciar plágio por trabalho de colega. Não denunciar cópia pela Internet.

Fonte: Gama et. al (2013, p. 627-628)

Conforme explicitado pela Tabela exposta, analisaram-se os resultados levando em conta quatro cenários distintos de fraudes: apropriação (que se subdivide em 'com' ou 'sem' colaboração); simulação (autoplágio e falsificação de dados e resultados); facilitação (com benefício próprio, com risco de prejuízo ou com efeito neutro) e ocultação das fraudes cometidas por terceiros. Sobre este constructo é que a análise e interpretação dos dados são realizadas na seção que segue.

#### 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Dentre os 474 participantes da pesquisa 227 (47,89%) são do gênero masculino, e 247 (52,11%) do feminino; dentre esses 77% frequenta o curso como sua primeira escolha e 17,09%, isso é, 81 acadêmicos que responderam ao questionário, já reprovaram em alguma disciplina do mesmo curso. Diante estes dados, apresentam-se os resultados da pesquisa por meio de três tabelas as quais reúnem a mediana, média, desvio padrão e os percentis de cada situação apresentada aos acadêmicos. A seguir, é realizada a análise e interpretação destes dados, correlacionando-os com a literatura e estudos já publicados sobre o tema em debate.

A Tabela 2 apresenta a frequência com que os acadêmicos cometem as fraudes, em quatro categorias diferentes: apropriação, simulação, facilitação e ocultação das mesmas. Adverte-se que no formulário apresentado as perguntas que compõem cada uma destas categorias estudadas estavam dispersas.

TABELA 2: Frequência em que o acadêmico comete as fraudes

	Mediana	Média Ponderada	Desvio Padrão	Nunca	Raramente	Com alguma frequência	Regularmente
<b>APROPRIAR</b>							
Utilizar materiais não autorizados na realização de provas escritas.	1,0	<b>1,07</b>	0,28	94,06%	5,48%	0,23%	0,23%
Copiar numa prova escrita pelas respostas de um colega.	1,0	<b>1,17</b>	0,44	85,16%	13,24%	1,14%	0,46%
Assinar um trabalho de grupo sem ter colaborado na realização do mesmo.	1,0	<b>1,24</b>	0,50	78,31%	19,41%	1,83%	0,46%
Copiar partes de trabalhos de outros autores sem citá-los.	1,0	<b>1,29</b>	0,56	75,57%	20,78%	2,79%	0,91%
Copiar trabalhos da Internet.	1,0	<b>1,31</b>	0,56	73,29%	23,06%	2,97%	0,68%
Copiar trabalhos de outros colegas.	1,0	<b>1,27</b>	0,49	75,11%	23,06%	1,60%	0,23%
Comprar trabalhos acadêmicos fora da escola.	1,0	<b>1,03</b>	0,24	98,63%	0,68%	0,23%	0,46%
Comprar trabalhos de outros colegas.	1,0	<b>1,03</b>	0,22	98,40%	0,91%	0,46%	0,23%
<b>SIMULAR</b>							

Apresentar trabalhos práticos com dados inventados.	1,0	<b>1,16</b>	0,49	88,58%	8,68%	1,37%	1,37%
Apresentar o mesmo trabalho em várias disciplinas.	1,0	<b>1,14</b>	0,43	88,81%	9,13%	1,37%	0,68%
<b>FACILITAR</b>							
Deixar copiar respostas num exame.	1,0	<b>1,63</b>	0,74	50,68%	37,90%	9,13%	2,28%
<b>OCULTAR</b>							
Denunciar fraudes acadêmicas cometidas por colegas.	1,0	<b>1,42</b>	0,73	69,63%	21,69%	5,71%	2,97%

Fonte: Dados primários, 2015

Observa-se que dentre as fraudes de apropriação que os acadêmicos mais cometem estão relacionadas ao fato de copiarem trabalhos da internet, seguido pela cópia de trabalhos de outros autores sem citá-los e também pela cópia de trabalhos de outros colegas.

Já quanto às duas perguntas que se caracterizam como simulação a que tem maior média é apresentar trabalhos práticos com dados inventados, onde 1,37% dos entrevistados afirmam cometer essa fraude frequentemente. Na única pergunta referente à categoria de facilitação, observa-se que 2,28%, frequentemente, e outros 9,13%, com certa frequência, deixam que seus colegas copiem respostas em um exame. Na ocultação das fraudes, 69,63% revela que nunca denunciaria seus colegas em caso de terem conhecimento do cometimento das mesmas pelos seus colegas.

Analisando o gênero em relação às fraudes mais cometidas evidencia-se que tanto o feminino quanto o masculino permitem que seus colegas copiem as suas respostas num exame, bem como têm o hábito de copiar trabalhos da internet. Diferenciam-se apenas no que tange à cópia dos trabalhos onde o gênero feminino destaca-se por copiá-los de outros autores sem

citá-los, e o gênero masculino já os copia de outros colegas. Avaliando-se isoladamente os dados obtidos junto aos acadêmicos que já reprovaram em uma disciplina do curso, observa-se que dentre as práticas mais habituais, respectivamente, destacam-se: deixa que seus colegas copiem suas respostas em um exame (média de 1,68); assinam um trabalho de grupo sem ter colaborado na realização do mesmo (média de 1,45); e copiam trabalhos da internet (média de 1,39).

Frente a isso, se observa que, independentemente de gênero os acadêmicos tendem a cometer os mesmos tipos de fraudes, enquanto que os que já reprovaram se utilizam de estratégias que facilitam a elaboração e realização dos trabalhos acadêmicos.

Os resultados evidenciados pelo presente estudo se contrapõe ao realizado por Gama et. al (2013) o qual registrou que a prática mais comum era utilizar materiais não autorizados na realização de provas escritas, seguida de copiar numa prova escrita pelas respostas de um colega e de assinar um trabalho de grupo sem ter colaborado na realização do mesmo. No entanto, observa-se que, como o estudo realizado pelos autores supracitados, neste constata-se que as práticas que ocorrem com menor frequência são comprar trabalhos de outros colegas e comprar trabalhos acadêmicos fora da escola. Também há de se destacar que os dois estudos se aproximam pelo fato de que as populações estudadas demonstram, em grande parte, que não têm a prática de denunciarem as fraudes acadêmicas cometidas pelos seus colegas.

A isso, pode-se dizer que a conhecida prática da 'cola' resiste no ambiente universitário, mesmo que muitos deles afirmam não cometerem este tipo de fraude, no entanto, compactuam com as fraudes cometidas pelos colegas ao ocultá-los. Estas problemáticas impõem aos educadores o desafio de transporem os métodos tradicionais de avaliação, uma vez que conforme Bazzo (2014, 32-33) “[...] os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”. Ao se atingir estes resultados verifica-se que alguns assumem sua condição antiética, ou seja, praticam exatamente aquilo que as teorias condenam. Quando se lança o olhar ao número expressivo de pessoas que ocultam as fraudes acadêmicas, verifica-se que muitos abrem mão da defesa da justiça, da verdade, dos direitos e deveres, não percebendo que a ética implica no modo de ser e de viver, sendo que,

conforme Fáveri (2014, p. 153) “O viver é constituído de atitudes, que dão forma à conduta individual e coletiva da espécie humana. É o modo como o homem se relaciona ao longo da vida, que desperta curiosidade e nos leva ao conhecimento”.

Conforme acima descrito, a ocultação das fraudes revelou-se como a maior prática no ambiente universitário o que exige que a ética seja resgatada de maneira transdisciplinar para que os próprios acadêmicos encontrem maneiras racionais e plausíveis para o seu agir, sustentada por princípios que conduzam à busca de soluções para os conflitos morais, utilizando-se da “[...] autonomia, da capacidade de discernir e da competência moral para construir a liberdade do ser humano no meio social” (FÁVERI, 2014, p. 155).

A ocultação das fraudes como uma prática comum entre os acadêmicos pesquisados também é ratificada pelos dados agregados à Tabela 3 a qual reúne as informações sobre quais atitudes os mesmos teriam caso testemunhassem seus colegas agindo de forma antiética no ambiente escolar.

TABELA 3: Atitudes dos acadêmicos frente às fraudes cometidas pelos colegas

	Mediana	Média Ponderada	Desvio Padrão	Denunciaria	Faria o mesmo	Ocultaria
<b>APROPRIAR</b>						
Comprar trabalho de colega.	3	<b>2,63</b>	0,78	18,43%	-	81,57%
Consultar materiais não autorizados em uma prova escrita.	3	<b>2,70</b>	0,72	15,23%	-	84,77%
Obter a colaboração de familiar.	3	<b>2,70</b>	0,66	11,55%	6,88%	81,77%
Plágio autorizado do trabalho de um colega.	3	<b>2,29</b>	0,96	35,63%	0,25%	64,13%
Copiar respostas de um colega numa prova escrita.	3	<b>2,65</b>	0,75	16,95%	0,74%	82,31%

Copiar trabalho da Internet.	3	<b>2,60</b>	0,80	19,90%	0,49%	79,61%
Não participar em trabalho de grupo, beneficiando da nota coletiva.	3	<b>2,23</b>	0,97	38,08%	0,74%	61,18%
<b>SIMULAR</b>						
Inventar dados num trabalho escrito.	3	<b>2,54</b>	0,84	22,85%	0,25%	76,90%
Apresentar o mesmo trabalho em diferentes disciplinas.	3	<b>2,59</b>	0,81	20,39%	0,49%	79,12%
<b>FACILITAR</b>						
Vender aos colegas trabalhos realizados por si próprio.	3	<b>2,52</b>	0,85	23,59%	1,23%	75,18%
Fornecer respostas a um colega num exame.	3	<b>2,66</b>	0,74	16,22%	1,23%	82,56%
Emprestar a colegas trabalho realizado por si próprio para que estes apresentem como deles.	3	<b>2,58</b>	0,81	20,64%	0,49%	78,87%
Permitir que um colega partilhe a autoria formal de um trabalho sem ter participado nele.	3	<b>2,42</b>	0,90	28,50%	1,47%	70,02%

Fonte: Dados primários, 2015

Na Tabela 3 avaliam-se as atitudes dos académicos frente às fraudes cometidas pelos seus colegas. Nesta seara observa-se que em todas as perguntas realizadas a maioria revela que as ocultaria e, em outros casos, até mesmos as reproduziriam, como se observa no caso de se apropriar da ajuda de um familiar para a realização do trabalho, onde 6,88% revela que faria o

mesmo; e também em permitir que um colega partilhe a autoria formal de um trabalho sem ter participado nele, onde se constata um escore favorável de 1,47%. Embora para alguns os resultados da Tabela 3 possam parecer positivos e animadores, destaca-se que o fato de ocultar as fraudes também é tido como uma atitude antiética.

Levando-se em consideração apenas os resultados obtidos entre o gênero feminino verifica-se que as mulheres não se posicionariam de forma ética diante às fraudes cometidas pelos colegas, revelando que ocultariam caso soubessem que seus colegas realizaram consulta de materiais não autorizados nas provas escritas; bem como na obtenção de colaboração de familiares para fazerem seus trabalhos, assim como caso testemunhassem um colega fornecendo ao outros, respostas de um exame. A mesma situação ocorre quando se avalia isoladamente os resultados obtidos entre os respondentes do gênero masculino. Porém ao levar em consideração apenas os dados dos acadêmicos que já reprovaram em alguma disciplina, observa-se que estes compactuam em maior número com os casos de compra de trabalhos.

Ao analisar a fraude no contexto acadêmico, Rego (2010) defende que ela deve ser entendida como uma tentativa de burlar os mecanismos de avaliação da produção individual e coletiva. Por sua vez, Pimenta e Pimenta (2015) esclarecem que a prática pode ser concebida como um exercício de um estudante que pretenda burlar as regras reproduzindo nas avaliações conhecimentos que realmente não domina.

Finalizando os questionamentos lançados aos acadêmicos, a última parte do questionário solicita que avaliem o quanto os fatores listados na Tabela 4 contribuem para a fraude na instituição pesquisada.

TABELA 4: Motivos que contribuem para a fraude acadêmica

	Mediana	Média Ponderada	Desvio Padrão	Contribui muito pouco	Contribui pouco	Contribui parcialmente	Contribui amplamente
Segurança de sucesso numa disciplina em que já se reprovou.	2	<b>2,38</b>	1,11	29,02%	24,87%	25,13%	20,98%
Carga de trabalho acadêmico.	3	<b>2,74</b>	1,12	20,98%	16,06%	30,83%	32,12%
Insegurança sobre a capacidade de alcançar o sucesso de outra forma.	2	<b>2,42</b>	1,12	28,76%	22,02%	27,72%	21,50%
Hábito de uma conduta fraudulenta desde o ensino médio.	3	<b>2,98</b>	1,11	16,58%	13,47%	25,39%	44,56%
Modalidades de avaliação muito difíceis.	2	<b>2,23</b>	1,04	31,35%	27,98%	26,94%	13,73%
Pouca relevância prática atribuída aos conteúdos curriculares.	2	<b>2,43</b>	1,07	25,39%	25,91%	29,02%	19,69%
Regularidade da prática fraudulenta entre colegas.	3	<b>2,67</b>	1,11	21,24%	19,43%	30,05%	29,27%
Competência pedagógica insuficiente dos professores.	2	<b>2,37</b>	1,16	32,12%	23,32%	21,24%	23,32%
Passividade dos professores perante situações de fraude.	3	<b>2,70</b>	1,15	22,54%	17,62%	26,68%	33,16%

Percepção de que a pena, no caso de ser descoberta a fraude, é pouco significativa.	3	<b>2,68</b>	1,16	23,32%	18,39%	25,13%	33,16%
Falta de conhecimento sobre qual deve ser a boa conduta acadêmica.	2	<b>2,40</b>	1,12	29,53%	21,76%	27,72%	20,98%
Falta de debate sobre o assunto nas aulas com os professores.	3	<b>2,54</b>	1,14	26,17%	20,47%	26,94%	26,42%
Pressão competitiva entre os colegas.	2	<b>2,11</b>	1,07	38,86%	24,87%	22,54%	13,73%

Fonte: Dados primários, 2015

Frente o exposto na Tabela 4, verifica-se que na opinião dos entrevistados os motivos que mais contribuem para a prática de fraudes no meio acadêmico estão relacionados ao hábito de uma conduta fraudulenta desde o ensino médio (2,98); seguido de grande quantidade de trabalhos acadêmicos (2,74) e a passividade dos professores perante as situações de fraudes (2,70), bem como a percepção de que a pena, no caso de ser descoberta a fraude, é pouca significativa (2,68).

Ao analisar isoladamente os resultados dos acadêmicos que já reprovaram em alguma disciplina verifica-se que os mesmos percebem que o cometimento de fraudes no meio acadêmico garante mais segurança de sucesso na disciplina que já reprovou, sendo que, destes, 22,58% afirmam que essa prática contribui parcialmente e 17,74% amplamente. Considerando-se os percentis das alternativas 'contribui parcialmente' e 'contribui amplamente' revela-se que boa parte das fraudes são motivadas pelo hábito de conduta fraudulenta desde o Ensino Médio (54,83%) e a sobrecarga de trabalhos (64,51%), assim como a regularidade da prática fraudulenta entre os colegas (51,61%) e a percepção que a pena é pouca significativa (51,61%).

Adiante, quanto à IES ter um Código de Regulamento de Boas Práticas,

74,05% afirma que sim, no entanto, 62,45% destes revelam não ter lido o mesmo. Dentre as fraudes acadêmicas cometidas pelos acadêmicos que leram tal Código observa-se que estes, na sua maioria, são do gênero masculino (56,98%) e que até o momento não reprovaram em nenhuma disciplina (88,95%). Porém, mesmo tendo lido tal Código, 7,98% afirmam que deixa seus colegas copiarem suas respostas, do mesmo modo 8,59% diz que não denunciaria práticas fraudulentas cometidas pelos seus pares, pelo contrário, 6% relatam que cometeriam o mesmo tipo de fraude, mais especificamente, buscar a ajuda de familiares para a realização das atividades. Dentre esses, os principais motivos para a ocorrência das fraudes estão ligados aos hábitos do Ensino Médio (71,92%), a sobrecarga de trabalho (57,54%) e por julgarem ser uma prática regular entre os colegas (56,16%).

Já as mulheres destacam-se dentre os que não leram o referido Código e concordam com o gênero oposto ao afirmarem que essa prática é um hábito herdado do Ensino Médio (67,39%), porém divergem ao afirmarem que essas ocorrem no Ensino Superior frente à passividade dos professores (63,92%). Dentre as fraudes mais cometidas por esse grupo feminino pesquisado e que não tem conhecimento do Código observa-se que a que possui maior ocorrência é não ter participado do trabalho em grupo sendo beneficiada pela nota coletiva (36,07%).

Analisando-se isoladamente os dados dos acadêmicos que não estão cursando o curso que era sua primeira escolha verifica-se que a maior parte (55,96%) é do gênero feminino e 19,27% já reprovaram em alguma disciplina. Uma parcela significativa dos mesmos (25,69%) afirma que a IES não possui Código de Boas Práticas e 66,36% dos que afirmaram possuir não o leram. Dentre as principais fraudes cometidas por este grupo destaca-se que deixam os colegas copiarem as respostas de suas provas (10,10%), no entanto 34,74% afirma que denunciaria seus colegas no caso de saber que os mesmos não tivessem participado da realização de um trabalho, beneficiando-se da nota coletiva. Além disso, 70,32% atribui a ocorrência destas fraudes no meio acadêmico pelo fato de o Ensino Médio não ter lhes ensinado a agirem de outra forma, e 58,28% pela passividade dos professores frente a estas práticas.

Evidencia-se diante estes resultados que as ideias presentes nos acadêmicos, mesmo que erradas, levam a IES a desenvolver atitudes que os en-

corajam a construírem uma nova visão a fim de compreenderem, de forma diferenciada, o mundo por meio de sua própria construção mental levando em conta a ética e a moral e não somente o benefício pela facilidade de suas práticas mesmo que estas causam exaustão (BAZZO, 2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se antevia ao elaborar-se a problemática desta pesquisa os dados revelados pela mesma evidenciam que o meio acadêmico é um ambiente favorável para a formação de seres e, conseqüentemente, profissionais, antiéticos que não se calam frente aos casos expostos frequentemente pela mídia, porém, que fazem de sua trajetória acadêmica, por meio de simples ações, uma oportunidade de se corromperem, iniciando-se aí, dentro das paredes escolares, um ciclo contínuo da reprodução do que é condenado lá fora.

Entende-se que a mudança desejada e tão debatida no ambiente escolar nasce no interior de cada cidadão, no entanto, o que se evidenciou com a presente pesquisa é que o mesmo está se transformando em um mero campo de cópias, colas, ocultação e reprodução de fraudes, tudo isso, motivado tanto pelo fácil acesso às tecnologias de pesquisa, bem como pela passividade dos professores frente ao cometimento destas fraudes. Enquanto a educação do século XXI se mantiver presa às médias e notas, meramente instrucionista, estaremos ‘tapando o sol com a peneira’, onde um faz de conta que ensina e os demais que estão na média. Doutra forma, vê-se a passividade dos próprios acadêmicos frente às fraudes cometidas pelos colegas, sendo que estes mesmos que se dizem éticos e exigem governos, empresas e cidadãos também éticos, não se envergonham em ocultar a corrupção que corrói a estrutura da escola deste novo século.

Lançando um olhar um tanto cético frente aos resultados aqui apresentados, pode-se afirmar que falta muito para que a educação seja capaz de cumprir com o seu papel de elevar a sociedade a um patamar mais ético, justo e humano, sendo que se verifica que é na própria escola que os cidadãos

aprendem a cometer fraudes que, por mais comuns que possam parecer, certamente, num futuro não muito distante, estarão sendo reproduzidas no mercado de trabalho onde atuarem.

Além da ocultação das fraudes, onde se verifica que os acadêmicos estão passivos, calados, e delas são comparsas, conclui-se que é premente que a comunidade acadêmica reavalie os valores que a sustentam, ou seja, é preciso que se repense o papel das instituições educacionais uma vez que as mesmas, pelo que se vê, ao invés de educar estão sendo um ambiente de mera reprodução de conteúdos, de decorebas, onde o alunado tem um único objetivo: passar de ano, independente da forma de agir para conseguir este feito.

Nesta crise educacional evidenciada pelo estudo ora apresentado, entende-se que a educação contemporânea carece de um olhar mais crítico e verdadeiro, que mostre que a mesma está submergida em um sistema quase que falido, repleto de discursos e demagogias incapazes de mudar as práticas. Por assim dizer, e se os valores sociais e éticos não forem resgatados pela escola, pode-se dizer que continuaremos a tendo como uma ferramenta de mera instrução, formando profissionais diplomados, porém antiéticos, que não se intimidam em se apropriarem de ideias alheias, de simularem ser o que de fato não são, de facilitarem a reprodução de atos fraudulentos e, sobretudo, de serem testemunhas vivas de diversas fraudes diante das quais se calam, aplaudem e, às vezes, reproduzem.

Por assim dizer, a transgressão acadêmica está ligada à permissividade institucional, isto é, dos gestores e docentes, assim como pelas exigências elevadas de produção e a necessidade de assegurar vagas no mercado de trabalho. Essa não pode continuar sob pena de afastar a educação do seu papel principal que é de formar indivíduos capazes de contribuir com a estruturação e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, sustentável e ética, afinal, a educação deve preparar cidadãos plenos para o exercício de seus deveres e direitos, disseminando o conhecimento, a cultura, a informação e, por conseguinte, os seus próprios valores.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Félix Ruiz. Revisitando os fundamentos da ética. In: **Coimbra**, José de Ávila Aguiar (org.). *Fronteiras da Ética*. São Paulo: Editora Senac, 2002. p. 75-119.

ARAÚJO, Luís de. **Pós-Modernidade**: Um desafio para a Ética. Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional Moderno – Pós-Moderno. Lisboa: Universidade de Lisboa – Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; BAZZO, Jilvania Lima dos Santos. **Conversando sobre educação tecnológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BAZZO, Walter Antonio. **Ciência, tecnologia e sociedade**: e o contexto da educação tecnológica. 4ª Ed. Rev. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2014

BETTO, Frei. Crise da modernidade e espiritualidade. In: BETTO, Frei; BARBA, Eugênio; COSTA, Jurandir Freire. **Ética**. Rio de Janeiro/Brasília: Garamond/Codeplan, 1997.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 1998. 281 p. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

FÁVERI, José Ernesto de. **O filosofar e a ética nas organizações**: convite à reflexão e ação. 4. ed. Blumenau: Nova Letra, 2014.

FÁVERI, José Ernesto de; WOLFF, Celi Terezinha. **Filosofia da educação**: o fundamento da prática de docência. Blumenau: Nova Letra, 2014.

GAMA, Paulo et al. A Ética dos Alunos de Administração e de Economia no Ensino Superior. **RAC-Rev. adm. contemp.** Rio de Janeiro, v.17, n. 5, p.620-641, set/out, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552013000500007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552013000500007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 01 set. 2015

GOMES, Carlos Alberto. Ética e justiça na avaliação: a fraude e o ‘copianço’ no processo ensino/aprendizagem. **Educação e Linguagem**, São Paulo, v. 11, n. 17, p.147-159, jan./jun. 2008. Semestral. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/146/156>>. Acesso em: 01 out. 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

PIMENTA, Maria Alzira de Almeida; PIMENTA, Sonia de Almeida. Fraude acadêmica: estudo comparativo entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil. **Série-estudos: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, v. 39, p.213-230, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/se>>

rie-estudos/article/viewFile/819/701>. Acesso em: 17 out. 2015.

RAMOS, François Silva. **Fraude acadêmica**: uma análise ético-legislativa. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado em Educação, Desenvolvimento Profissional e Trabalho Docente, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2012. Disponível em: <<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000279533.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

REGO, Sergio. Índice H, autoria e integridade na produção científica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p.1-2, abr./jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022010000200001&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022010000200001&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 17 out. 2015.

SILVA, Gabriela Andrade da et al. Um estudo sobre a prática da cola entre universitários. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p.18-24, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 01 out. 2016.

SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1995.

# MAL-ESTAR DOCENTE: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

André Gobbo<sup>33</sup>

Bruna Feiden<sup>34</sup>

Bruna Baukat<sup>35</sup>

## RESUMO

Aborda-se nesta pesquisa os aspectos teóricos e práticos dos fatores geradores de estresse ocupacional em professores da rede pública estadual, pública municipal e privada do município de Porto Alegre/RS. Foi utilizado como método de coleta de dados em visitação às escolas, sem aviso prévio, evitando assim uma possível preparação dos professores perante o tema da pesquisa. Aplicou-se um questionário semiestruturado, o qual investigava os prováveis fatos de sua rotina escolar, entre eles a faixa etária do professor e tempo que dedicava a lecionar; carga horária diária; sentimento de exaustão; medo da vulnerabilidade social e, conseqüentemente, o abandono da profissão. Desta forma foram encontrados diversos fatores que, possivelmente, geram situações de estresse no ambiente escolar e como decorrência um presumível ambiente doente, do qual por sua vez fazem os educadores questionarem-se sobre a qualidade de suas aulas. Por fim, o presente estudo demonstra a importância de instituir nas escolas centros de apoio aos docentes, incluindo na rotina escolar, profissionais que possam auxiliar emocionalmente os educadores quando necessário, para que tenhamos no futuro escolas que sejam modelos também de qualidade no ambiente de trabalho. Não obstante, como consequência positiva desta inclusão, a valorização dos profissionais da educação, tais como a concludente melhora em suas vidas pessoais e afetivas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Estresse ocupacional. Burnout. Ergono-

<sup>33</sup> Doutorando em Educação Tecnológica e Científica, docente na Faculdade Avantis. E-mail: andre.gobbo@avantis.edu.br.

<sup>34</sup> Especialista em Supervisão Escolar e Docência e Tutoria EaD, membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Avantis. E-mail: bruna.feiden@avantis.edu.br.

<sup>35</sup> Graduanda em Pedagogia. E-mail: bruna.baukart@avantis.edu.br.